



A IMPRENSA PERIÓDICA E A PANDEMIA DE 1918: AS NOTÍCIAS SOBRE O COMPORTAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DURANTE A “GRIPE ESPANHOLA”

André Condes Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
andrecondes07@gmail.com

Andrezza Silva Cameski
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
a.cameski@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como foco a análise da imprensa periódica de São Paulo e do Rio de Janeiro durante a pandemia da gripe de 1918, enquanto criam uma narrativa sobre a doença, mostrando a rotina alterada do espaço urbano durante o evento e destacando o papel das escolas durante o período de alastramento da moléstia. Em 1918, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, foram tomadas pela “gripe espanhola” e, diante da doença de caráter pandêmico, os jornais e as revistas da época noticiaram como a organização dos espaços públicos se alterou e dentre as novas situações sociais houve o comprometimento do funcionamento da instrução pública. As notícias falavam que as escolas foram fechadas, o ano letivo encerrou mais cedo e os professores, que antes se dedicavam, inclusive, a transmitir conteúdos gerais e referentes à higiene pessoal, agora passavam a atuar como enfermeiros e mordomos nos hospitais provisórios em que as escolas se transformaram. Para este trabalho, foram utilizados Sontag (1977), no estudo das formas de representação da doença e Barros (2023) para compreender as características e estruturas que compõem os periódicos enquanto produzem notícias.

Palavras-chave: Influenza. Pandemia. Instrução pública. Impressos periódicos.

LA PRENSA PERIÓDICA Y LA PANDEMIA DE 1918: LAS NOTICIAS SOBRE EL COMPORTAMIENTO DE LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA DURANTE LA "GRIPE ESPAÑOLA"

RESUMEN

Este artículo se centra en el análisis de la prensa periódica de São Paulo y Río de Janeiro durante la pandemia de gripe de 1918, y la narrativa que estos crearon sobre la enfermedad, mostrando la alteración de la rutina del espacio urbano durante el evento y destacando el papel de las escuelas durante el período de propagación de la enfermedad. En 1918, las ciudades de São Paulo y Río de Janeiro fueron azotadas por la "gripe española" y, ante la pandemia, los periódicos y revistas de la época informaron de cómo había cambiado la organización de los espacios públicos y, entre las nuevas situaciones sociales, se había visto comprometido el funcionamiento de la instrucción pública. Las noticias informaban de que las escuelas estaban cerradas, el curso escolar terminaba antes de tiempo y los profesores, que antes se dedicaban a impartir contenidos generales y de higiene personal, ahora trabajaban como enfermeros y mayordomos en los hospitales temporales en que se habían convertido las escuelas. Para este trabajo, nos basamos en Sontag (1977) para estudiar las formas en que se representa la enfermedad, y en Barros (2023) para comprender las características y estructuras que conforman las publicaciones periódicas a la hora de producir noticias.



Palabras clave: Influenza. Pandemia. Instrucción pública. Impresos periódicos.

THE PERIODICAL PRESS AND THE 1918 PANDEMIC: NEWS ON THE BEHAVIOR OF PUBLIC EDUCATION DURING THE "SPANISH FLU"

ABSTRACT

This article focuses on the analysis of the periodical press of São Paulo and Rio de Janeiro during the 1918 pandemic flue, as they create a narrative about the disease, showing the changed routine of the urban space during the event and highlighting the role of schools during the period of spread of the disease. In 1918, the cities of São Paulo and Rio de Janeiro were hit by the "Spanish flu" and, in the face of the pandemic, the newspapers and magazines of the time reported how the organization of public spaces had changed and, among the new social situations, the functioning of public education had been compromised. The news reported that schools were closed, the school year ended early and teachers, who had previously dedicated themselves to imparting general content and personal hygiene, were now working as nurses and butlers in the temporary hospitals that the schools had become. For this work, we used Sontag (1977) to study the forms of representation of the disease and Barros (2023) to understand the characteristics and structures that make up the periodicals while producing news.

Keywords: Influenza. Pandemic. Public education. Printed periodicals.

LA PRESSE PÉRIODIQUE ET LA PANDÉMIE DE 1918: NOUVELLES SUR LE COMPORTEMENT DE L'ÉDUCATION PUBLIQUE PENDANT LA "GRIPPE ESPAGNOLE"

RÉSUMÉ

Cet article se concentre sur l'analyse de la presse périodique de São Paulo et de Rio de Janeiro pendant la pandémie de la grippe de 1918, car elle crée un récit sur la maladie, montrant la routine modifiée de l'espace urbain pendant l'événement et soulignant le rôle des écoles pendant la période de propagation de la maladie. En 1918, les villes de São Paulo et de Rio de Janeiro ont été frappées par la "grippe espagnole" et, face à la pandémie, les journaux et les magazines de l'époque ont rapporté comment l'organisation des espaces publics avait changé et, parmi les nouvelles situations sociales, le fonctionnement de l'éducation publique avait été compromis. Les nouvelles rapportaient que les écoles étaient fermées, que l'année scolaire se terminait plus tôt que prévu et que les enseignants, qui s'étaient auparavant consacrés à la transmission de connaissances générales et à l'hygiène personnelle, travaillaient désormais comme infirmiers et maîtres d'hôtel dans les hôpitaux temporaires qu'étaient devenues les écoles. Pour ce travail, nous nous sommes appuyés sur Sontag (1977) pour étudier les formes de représentation de la maladie et sur Barros (2023) pour comprendre les caractéristiques et les structures qui composent les périodiques dans leur production d'informations.

Mots-clés: Grippe. Pandémie. Éducation publique. Périodiques imprimés.



INTRODUÇÃO

Setembro de 1918. Mesmo em meio aos fatos da então Grande Guerra, os jornais e as revistas de São Paulo e do Rio de Janeiro começavam a noticiar o surgimento de uma nova doença. Ela recebeu o nome de “gripe espanhola”, mesmo não tendo qualquer relação com este país. Não que a gripe não tenha nada a ver com a Espanha. Havia gripe na Espanha, o que não foi negado, mas ela não começou lá. Por outro lado, os Aliados negaram o fato, para não desestimular ainda mais os combatentes da Primeira Grande Guerra. Por isso, ela foi incorretamente chamada de “gripe espanhola”. O único dado sabido é que ela possuía características que se assemelhavam aos sintomas da influenza. Contudo a moléstia se espalhou com rapidez e, em questão de dias, alterou a rotina das cidades brasileiras.

Para conter esta disseminação, medidas profiláticas foram transmitidas à população e orientavam a evitar a circulação pelas ruas e as aglomerações. Desta forma, dentre as várias modificações impostas pela doença na rotina urbana, as escolas foram locais afetados por essa nova realidade.

O presente artigo tem por objetivo analisar como a imprensa periódica noticiou os impactos que a pandemia de influenza de 1918 trouxe à instrução pública de São Paulo e do Rio de Janeiro, diante da crise sanitária causada pela “espanhola”. As notícias publicadas pelos jornais da época nos mostram um panorama no qual é possível observar como as escolas públicas e privadas tiveram que se adaptar ao avanço descontrolado da doença. O ano letivo precisou ser encerrado mais cedo e os espaços escolares, uma vez fechados, adaptaram-se como hospitais provisórios que passaram a receber estudantes adoentados e a contar com o trabalho voluntário dos professores.

Considera-se que os jornais vão apresentando, cada um ao seu modo, seguindo linhas editoriais e de interesse político e público, o que acontece com as duas cidades diante de uma nova moléstia. A doença foi sendo compreendida aos poucos e, ao mesmo tempo causou, diferentes níveis de transtornos e debates, criando uma paisagem sobre o que foi a pandemia em diferentes classes sociais e, conseqüentemente, fazendo uma extensa narrativa de como se constrói a história de uma grande mazela, enquanto ela acontece e mata muitas pessoas.

No caso, é pertinente compreender o papel das escolas nesse contexto, tendo em vista que a sua rotina também passou por transtornos e o seu espaço foi utilizado para fins que, de certo modo, estão relacionados à escolarização, como aparelho do estado para fins de disseminação de higiene. O artigo propõe apresentar como as escolas são apresentadas pelos



impressos, enquanto corria uma doença que só se reconheceu como uma “pandemia” nos próprios debates científicos elaborados durante o percurso da doença pelo espaço urbano.

Este artigo é um recorte de uma tese de doutorado que coletou informações em jornais e revistas publicados em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre o segundo semestre de 1918 e o primeiro semestre de 1919, material este disponibilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira e no repositório particular do periódico O Estado de S.Paulo (OESP). Esses documentos foram organizados em um banco de dados e analisados a partir de descritores criados de acordo com os temas desenvolvidos pelas notícias. O acesso à documentação se deu por meio de repositórios digitais, uma vez que a pesquisa transcorreu durante a pandemia de covid-19, momento em que os arquivos públicos se encontravam fechados como medida de contenção ao novo coronavírus: foi o caso de um estudo sobre uma pandemia vivenciando outra.

O volume documental compreendeu o total de 433 notícias publicadas em 28 periódicos. Deste montante, foram selecionadas as notícias que desenvolveram o assunto de como a instrução pública se comportou naquele período a partir de descritores temáticos específicos, sendo alguns deles: “fechamento das escolas”; “hospitais provisórios”; “inspeção médica escolar”; “encerramento do ano letivo”; “adiamento de exame”, entre outras. O entendimento sobre os impressos foi amparado por Barros (2023, p.101), que pontuou os jornais serem uma “polifonia de textos”, ou seja, um trabalho coletivo que reúne muitas vozes. Para tanto, o autor destaca que o texto jornalístico se estabelece como um gênero cujo padrão de elaboração é próprio, no sentido de que está sendo direcionado a um público leitor específico e, em grande medida, de classes sociais diferentes. Destaca-se que foram considerados impressos os jornais e as revistas de variedades com suas periodicidades que poderiam ser diárias, quinzenais, semanais ou mensais.

Para uma melhor visualização e entendimento do corpo documental que passamos a analisar neste artigo, segue uma tabela que apresenta o nome do impresso, o estado de sua produção e circulação, quantos exemplares dele foram selecionados e, de cada edição, quantas foram as notícias selecionadas como documento para nosso banco de dados.

TABELA 1 – Os jornais e as revistas durante a pandemia de 1918: dados e informações

Impresso	Estado	Quantidade de exemplares/edição	Quantidade de notícias/documentos sobre a gripe no recorte temporal utilizado nesta pesquisa
O Estado de S. Paulo	SP	160	160
Correio Paulistano	SP	56	56



O Combate (SP)	SP	46	46
Fon-fon	RJ	3	28
Correio da Manhã	RJ	23	23
Gazeta do Povo	SP	23	23
A Vida Moderna	SP	2	15
Gazeta de Notícias	RJ	7	11
O Paiz	RJ	23	9
A Noite	RJ	8	8
O Brazil Médico	RJ	5	8
A Rua Semmanario Ilustrado	RJ	3	7
O Imparcial: diário ilustrado do Rio de Janeiro	RJ	6	7
Jornal do Commercio	RJ	5	6
Jornal do Brasil	RJ	5	5
O Malho	RJ	5	5
A Época	RJ	3	3
A União	RJ	2	2
A Política: O Momento_Revista Combativa Ilustrada	RJ	1	2
Chronica Subversiva	RJ	1	1
D. Quixote	RJ	1	1
O Furão: Semanario humorístico da bohemia nocturna	SP	1	1
O Tico-tico: Jornal das crianças	RJ	1	1
Oráculo	RJ	1	1
A Cigarra	SP	2	1
Para todos	RJ	1	1
Revista Feminina	SP	1	1
Eu sei tudo: magazine mensal ilustrado	RJ	1	1

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Organização do autor.

Os dados acima nos mostram um aspecto interessante: dos 28 impressos analisados, 20 foram publicados e circularam pela capital federal à época, Rio de Janeiro; 8 dos periódicos analisados são do estado de São Paulo. A partir deste recorte, pode-se vislumbrar que o presente



trabalho teria um enfoque muito mais voltado para as notícias do Rio de Janeiro do que de São Paulo, contudo não foi isto que ocorreu.

Mesmo que em menor quantidade no montante de impressos (8 periódicos), constatamos que os jornais paulistanos OESP, Correio Paulistano e O Combate (SP) foram os que mais apresentaram notícias contendo o descritor de pesquisa utilizado “gripe hespanhola”. Considerando apenas estes três jornais, contabilizaram-se 262 registros no banco de dados, de um total de 291 documentos referentes à São Paulo. Desta forma, verifica-se que, mesmo em maior número de impressos na composição do banco de dados, as publicações do estado do Rio de Janeiro não alcançaram o mesmo volume de notícias com o descritor “gripe hespanhola”, utilizado na pesquisa.

Este volume de documentos nos remete, à verificação das produções acadêmicas já produzidas sobre a “gripe espanhola”. Constatamos que não há teses ou dissertações dedicadas, exclusivamente, em entender o comportamento da instrução pública durante a pandemia de influenza e não existem produções acadêmicas devotadas à compreensão de como a imprensa periódica daquela época desenvolveu a cobertura jornalística sobre o avanço da “gripe espanhola”. Nos trabalhos acadêmicos sobre a pandemia de 1918, a imprensa foi utilizada principalmente como fonte, sem dedicação à periodicidade de notícias e à diagramação na materialidade dos impressos. Santos (2021), em um artigo, apresentou uma pesquisa documental, discorrendo sobre os impactos da disseminação da gripe espanhola e as mudanças institucionais ocorridas também nas escolas da cidade do Rio de Janeiro em 1918. O pesquisador utiliza edições do jornal *Correio da Manhã* fundamentado por pesquisas sobre a epidemia e em bibliografia da História da Educação, cujo campo teórico-metodológico é relacionado à História de Instituições Escolares.

Este tipo de enfoque pode ser visto nas produções de Bertolli Filho (2009), Porto (2016), Brum (2021) e Farias (2008): eles se utilizaram dos periódicos também como objetos de estudo. Em seus trabalhos, esses autores deram maior ênfase à cobertura jornalística que determinados jornais e revistas realizaram sobre a “gripe espanhola”, de acordo com a cidade ou estado brasileiro analisado pelo pesquisador. Entretanto, estudo que contemplasse a proposta de se entender como a imprensa periódica da época narrou os acontecimentos da pandemia de 1918 ainda era inédito.

Dessa forma, o presente artigo é relevante, pois traz como enfoque temático a análise e a observação dos acontecimentos que afetaram a instrução pública de São Paulo e do Rio de Janeiro durante a pandemia de 1918, considerando como objeto de estudo a imprensa periódica destas duas localidades. Ou seja, além de delimitar os impressos como objetos de estudo,



desenvolveu um assunto que não foi tão bem explorado nas pesquisas sobre a “gripe espanhola”: o que ocorreu com as escolas durante a pandemia de influenza.

Na realização deste trabalho, a pesquisa revelou que, dentre os periódicos, o jornal Correio Paulistano dedicou-se mais aos assuntos relacionados às escolas: das 55 notícias selecionadas deste jornal, 32 versaram sobre os impactos da “espanhola” na rotina escolar de São Paulo. Foi lançado em 1854 por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, segundo as informações do sítio eletrônico do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)¹. Sodré (1999, p. 225) apontou que, acompanhando a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1872, o impresso tornou-se porta-voz deste partido político. Comprado por Leôncio de Carvalho, em junho de 1874, por se apresentar como órgão oficial do PRP, adotou uma linha reformista. O autor destacou que, nos primeiros números do período, os posicionamentos políticos do impresso foram expostos: abolicionista e ferrenho opositor aos liberais no poder, mesmo tendo seguido uma linha monarquista. O texto de apresentação do jornal feito pelo APESP mostra que, ao longo de sua trajetória, o jornal defendeu várias linhas de princípio: foi liberal, independente, conservador e republicando². Em 1918, o próprio OESP chamou, em reportagem, o Correio Paulistano de “folha essencialmente governista”³.

Já sobre OESP, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico do próprio jornal⁴, nasceu sob o nome A Província de São Paulo, em 1875, sendo, portanto, a publicação ainda existente mais antiga da cidade. Fundado por um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, o jornal pretendia criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. Dez anos depois, em 1885, “um talentoso jornalista campineiro é trazido por Alberto Salles, Julio de Mesquita, então com 23 anos”⁵, cuja carreira apresentou uma trajetória ascendente na qual, em 1888, já o fizera gerente deste impresso e, em 1902, tornou-se seu único proprietário.

Capelato e Prado (1980, p. 21) nos contam que seu filho, Julio de Mesquita Filho, seguiu a linha liberal adotada pelo pai até sua morte, tornando-se característica do jornal fazer oposição à candidatura de políticos que não atendiam aos seus interesses. Era a união, conforme definido

¹ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_05/secao_correio_paulista_no.php. Acesso em: 29 abr. 1918.

² Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_05/secao_correio_paulista_no.php. Acesso em: 29 abr. 2023.

³ O Estado de S.Paulo, 11.12.1918, p. 3. Esta expressão voltará a ser citada no próximo item do presente Capítulo deste trabalho.

⁴ Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Acesso em: 29 abr. 2023.

⁵ Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1880.shtm. Acesso em: 29 abr. 2023.



pelas autoras, de adaptar as teorias liberais aos interesses que a família Mesquita possuía (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 99).

Se os jornais OESP e Correio Paulistano se voltavam à elite paulistana, defendendo os interesses e a manutenção de seus poderes, O Combate (SP): Independência, Verdade, Justiça⁶ se distinguia por ser um jornal operário de São Paulo e considerado anarquista, segundo Bertolli Filho (2009, p. 18). Decca (1984, p. 93) classificou-o como revolucionário e propositivo, com espaço exclusivo aos escritos da classe trabalhadora.

Durante a pandemia de influenza, o periódico estava no quarto ano de circulação e sua redação ficava na Rua 15 de Novembro, em São Paulo. Foi o jornal com estrutura de apresentação das notícias sobre a “espanhola” mais diversificada, principalmente em suas primeiras páginas, ao contrário do que aconteceu nos demais impressos paulistanos analisados. Além de sua linha editorial distinta, este jornal também apresentou uma abordagem gráfica diferenciada para as manchetes e os títulos das reportagens a respeito da pandemia.

Em adição ao destaque para esta fonte, ressalta-se a análise de outra: o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo. Por meio dele, pode-se compreender a organização curricular das escolas naquele momento histórico. Sua utilização se fez relevante para a observação de que, antes mesmo do surgimento das orientações e dos cuidados para se evitar a contaminação pela influenza, a atenção para com o corpo e a importância da higiene pessoal já estavam presentes como conteúdos ensinados pelas escolas.

O presente artigo se encontra dividido em quatro partes. Na primeira, abordamos os elementos que estruturam a imprensa periódica e mostramos como foi feita a cobertura da pandemia de 1918. Na sequência, apresenta-se como os assuntos sobre a higiene já estavam presentes nos ensinamentos escolares antes de a “gripe espanhola” surgir. No terceiro momento, mostramos as transformações surgidas na rotina das cidades para, na última parte, apresentar como os espaços escolares foram modificados para ajudar no atendimento do volume de infectados.

AS CARACTERÍSTICAS DA IMPRENSA PERIÓDICAS E AS DIFERENTES FORMAS DE NARRAR UMA DOENÇA

⁶ Mesmo sendo um jornal que contabilizou significativa documentação no banco de dados que ampara esta pesquisa, não encontramos referências bibliográficas e documentais expressivas para a compreensão de como este periódico surgiu e de quais linhas e princípios editoriais o acompanham. Cita-se apenas Decca (1984).



Pode-se pensar que o surgimento de uma nova doença seja um fato que, da maneira mais rápida possível, tem o potencial de pautar as manchetes dos principais jornais e revistas de uma cidade. Foi o que vimos com a pandemia de covid-19. Mas, em 1918, os tempos eram outros e não foi bem o que aconteceu com a chamada “gripe espanhola”.

A compreensão sobre seu surgimento é um mistério que ainda persiste. No segundo semestre de 1918, as manchetes e as principais notícias que circulavam diziam respeito às batalhas finais da Grande Guerra. A entrada de um novo assunto pelos impressos se deu aos poucos. As primeiras notícias sobre a nova doença foram, praticamente, ignoradas.

Uma das controvérsias sobre o significado da “gripe espanhola” diz respeito ao nome que ela recebeu. Schwarcz e Starling (2020) sintetizaram a explicação que se tornou comum e foi apresentada, inclusive, pela documentação. A Espanha, por ser o país que primeiro divulgou e noticiou a nova doença, recebeu a marca de tê-la originado, comprovação jamais efetivada.

Fato é que a imprensa brasileira, principalmente os jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, passaram a adotar este nome em suas matérias jornalísticas. A dinâmica de se querer encontrar possíveis culpados e autores para o surgimento de uma nova mazela sempre foi comum na história das doenças, sejam eles países ou pessoas. Não foi diferente na pandemia de influenza e, no caso, a Espanha se internacionalizou como a protagonista para o surgimento de um malefício pelo qual não fora responsável, se é que algum foi: “Designar uma doença com o nome do inimigo ou do estrangeiro é algo que se repete pelo menos desde a Idade Média, apesar de constituir um modo covarde de aponto o outro como culpado pelo mal e acusá-lo de semear o contágio” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 14).

Assim, o que se constatou na história da pandemia de 1918 foram as tentativas de fornecer uma explicação plausível para o surgimento da manifestação de uma moléstia que já era conhecida, a influenza, mas que assumia características distintas de suas outras manifestações já conhecidas. A diferença que se observou, no caso de 1918, era o desconhecimento dos motivos responsáveis por aquela manifestação se apresentar tão contagiosa e provocar tantas mortes. A virulência daquela forma de gripe foi uma situação surpresa que abalou o mundo justamente no momento em que a Grande Guerra se encerrava.

A partir da leitura das notícias dos jornais e das revistas daquela época, ao se pensar sobre o entendimento a respeito da influenza, observa-se que as concepções das medidas profiláticas a serem adotadas, assim como a própria terminologia “pandemia”, vão sendo construídas ao longo da sucessão dos eventos que marcaram os anos de 1918 e 1919. De igual maneira, a ideia de “vírus” como sendo o agente causador da doença, embora já houvesse estudos sobre isso, não era amplamente divulgado e conhecido. Diante deste contexto,



observamos como a imprensa foi responsável por estabelecer as condições materiais de divulgação das informações anunciadas sobre o surto de um novo tipo de gripe enfrentado pelo mundo.

Para compreender como este processo aconteceu, faz-se importante entender as características que estruturam os impressos. A primeira delas diz respeito à circulação, que pode ser diária, semanal, quinzenal ou mensal como o já anunciado. Ou seja, trata-se de uma imprensa periódica, na qual suas edições são marcadas e formatadas de acordo com o período de circulação assumido. Por exemplo, a estrutura de um jornal diário tem propriedades bem distintas da estrutura de uma revista de variedades, a qual pode ter uma tiragem quinzenal ou mensal.

No entanto existem outros elementos fundamentais nos impressos para análise de seu processo de composição narrativa sobre a doença. Um deles se estabelece como eixo principal: a consideração de que eles constituem um campo discursivo.

A relação por vezes tensa entre os preparadores e revisores, de um lado, e os jornalistas-autores, de outro, faz do texto jornalístico uma pequena e disputada arena discursiva na qual combatem duas grandes ordens de linguagens: aquela representada pelos jornalistas-autores, que procuram cada qual impor o seu próprio estilo e personalidade autoral, e aquela linguagem única que pretende ser, ao menos nas matérias de autoria não declarada, o estilo geral do próprio jornal como uma entidade maior. (BARROS, 2023, p. 56).

Conforme o autor pontuou, a palavra “arena” foi escolhida como representação da discursividade entre os envolvidos na constituição do texto jornalístico. Este uso nos remete imediatamente a um campo de luta e de batalha em que, neste caso, os discursos mostram conflito nas páginas de um impresso.

A reflexão de Barros (2023) se volta à questão da estrutura de um texto jornalístico como gênero. Isso fica claro quando o autor faz uma contraposição entre o estilo próprio de cada jornalista-autor, ou seja, como produtor de um texto inédito, frente ao formato básico delimitado de uma notícia, configurado como “estilo próprio do jornal”.

No caso específico da pandemia de 1918, observamos como a imprensa periódica se utilizou de uma série de nomenclaturas para se referir à doença. A começar de seu próprio nome pejorativamente intitulado: “gripe espanhola”. Mas esta não é a única ilustração que é possível citar.



Além deste exemplo, observamos que, na produção das notícias sobre a pandemia de 1918, foram utilizadas palavras específicas para se referir à doença: “mal”; “peste”; algo que “reinava” e “marchava” ante a população. Desse modo, indaga-se que pode ser feita a interpretação de seu uso, dados os contextos sociais daquele período. Sontag (2020) nos ajuda nesta elucidação:

A interpretação (ao contrário do que muitos supõem) não é um valor absoluto, um gesto mental situado num campo atemporal de competências. A própria interpretação precisa ser avaliada dentro de uma visão histórica da consciência humana. Em alguns contextos culturais, a interpretação é um ato libertador. É um meio de rever, de transvalorar, de escapar ao passado morto. Em outros contextos culturais, é reacionária, insolente, covarde, sufocante. (SONTAG, 2020, p. 20).

As proposições da autora convidam a ponderar sobre a interpretação das reportagens publicadas em 1918 e dos relatos produzidos pelos jornalistas e não se pode desconsiderar o contexto histórico construtor do próprio sentido sobre o que é uma pandemia, dando certos pesos de significados às palavras que a marcaram como existente e observável. Devemos imaginar que tais palavras são frutos de uma sociedade pautada pelo medo que está construindo e que o faz circular também com os jornais, criando expectativa negativa. Elas carregavam todo um sentimento da vivência daquele momento. Vivência essa que, paulatinamente, da desconfiança, explode em pânico, tendo em vista que as mortes passam a ser noticiadas com mais persistência e rotina.

O que discutimos é que, no caso da pandemia de 1918, em razão da disseminação de uma doença com características tão específicas, ao mesmo tempo insólitas para a população de então, os documentos nos revelaram que as matérias jornalísticas produzidas fizeram muito mais do que contar sobre o que estava acontecendo, pois estipulavam certo tipo de doença alocada naquele tempo, inclusive construindo representações que envolvem os leitores com uma grande expectativa, seja pelo medo, pelo misticismo etc.

A partir das características da sociedade contemporânea, Sontag (1977) observou como os sujeitos construíram suas narrativas na tentativa de criar as representações mais palatáveis para tentar conviver com doenças que desestabilizavam seu corpo físico, sua mente e provocavam grande repercussão na sociedade. Em tais elaborações, a pesquisa mostrou a existência do uso de metáforas para se referir à “gripe espanhola”.



O uso desse recurso nas notícias que retratavam a situação da pandemia de 1918 pode ser compreendido como consequência direta ao fato de os cidadãos se encontrarem assustados diante da velocidade com que o agente causador fazia suas vítimas e, ao mesmo tempo, ter esse sentimento retroalimentado pelos órgãos responsáveis pela difusão de informação sobre ela. Logo, pode-se observar como foram utilizadas palavras específicas e escolhidas para tratar da situação do contágio desenfreado.

Na primeira página de um jornal paulistano, ao final do mês de outubro de 1918, lia-se a seguinte manchete, escrita por letras maiores que as demais e negritadas: “A epidemia reinante”. Na sequência, o subtítulo era: “A moléstia segue sua marcha devastadora”. A reportagem também trouxe palavras não menos duras, tais como: “terror”; “debellar o mal”; “atacadas da moléstia”⁷. Neste mesmo período, a frase “A epidemia reinante. A moléstia segue sua marcha devastadora” se repetiu, da mesma forma e com o mesmo formato de layout, como manchetes em outras primeiras páginas da *Gazeta do Povo*⁸. Estabeleceu-se, neste impresso, uma construção textual fixa para se referir à “gripe espanhola”.

O termo “epidemia reinante” também foi encontrado em outras documentações⁹. Na revista *Fon-fon*, em duas edições, contabilizamos um total de 11 documentos que se referiram à pandemia a partir desta construção. Já no jornal OESP, “epidemia reinante” foi utilizada três vezes, estabelecida como título fixo para uma caixa de texto que divulgava informações úteis à população da cidade diante da situação sanitária. Para conseguir efeito de destaque em um impresso que trazia uma sequência de notícias publicadas em colunas, sem qualquer tipo de quebra em sua diagramação, foram inseridos esses boxes, na parte superior das páginas do jornal.

A partir das notícias, constatou-se o uso que os termos remetentes a expressões bélicas e às guerras foram empregados de maneira frequente pelos impressos daquele período. Pode-se considerar que uma das explicações possíveis para tal uso se dá pelo acontecimento concomitante do final das batalhas da Grande Guerra com o surgimento da pandemia de 1918. Mas, além disso, vemos que existia outro intuito a partir do uso de tais vocábulos e expressões: conseguir passar a noção de desastre e calamidade à população, por meio de uma tônica capaz de fazer com que as pessoas compreendessem a gravidade da situação e que elas atuassem para o término do caos instaurado. Além disso, o teor da notícia que chamava a atenção, vendia.

⁷ *Gazeta do Povo*, 28.10.1918, p. 1.

⁸ Edições da *Gazeta do Povo* de 29.10.1918 e 30.10.1918, p. 1.

⁹ Como, por exemplo, no jornal *Correio Paulistano*, de 05.10.1918, p. 3.



O uso dessas palavras e expressões pelos impressos pode nos conduzir a uma análise que se utiliza de Sontag (1977), autora que também se debruçou nos mitos e nas fantasias que são criadas no entorno das doenças: “uma metáfora é a maneira mais válida e atraente de expressar um senso de desastre, do que deve ser repudiado” (Sontag, 2015, p. 35). Sontag (2015) não refletiu sobre o uso das metáforas para tão somente representar os malefícios que atacam a humanidade. A pensadora considerava a própria doença como uma grande metáfora.¹⁰

Entretanto, da mesma maneira que havia jornais com este tipo de abordagem e construção, outros não deram o mesmo destaque para o desenvolvimento da doença. Ao longo de toda a pandemia, jornais como o Correio Paulistano e OESP não apresentaram, em suas primeiras páginas, manchetes de capa remetendo à “gripe espanhola”, mesmo que a abordagem apresentada internamente tenha sido bastante rica e detalhada sobre situação do contágio pelo país.

Tal variação de formato da cobertura jornalística entre os jornais daquele período, de acordo com seu perfil editorial, leva-nos a considerar as características essenciais que compõem o formato demarcado para a construção de uma reportagem. As alterações de enfoque nos dizem como os jornalistas também lidam e se sujeitam às características do periódico para o qual escrevem, uma vez que a imprensa se estabelece como instituição privada, ou seja, uma empresa cujos donos possuem interesses e objetivos próprios do “produto jornalístico” que veiculam. Isso significa que, em um jornal ou uma revista, existem valores, concepções ideológicas e políticas que são preservadas e perpetuadas a partir da composição de cada uma das reportagens, constituindo o estilo editorial de cada jornal.

Em vista disso, pode-se compreender que uma notícia não é feita, apenas, como o registro do olhar de um jornalista-autor para com dado acontecimento, mas também como este mesmo acontecimento é retratado para o público leitor, segundo a perspectiva da empresa de comunicação para a qual ele trabalha. Há, portanto, uma nuance político-ideológica que não pode ser desconsiderada. Ou seja, não se pode considerar o texto de uma notícia como um documento isento de intencionalidades e objetivos que necessitam ser apresentados.

Estas características são essenciais ao se analisar como as notícias sobre a “gripe espanhola” foram produzidas e as temáticas abordadas, inclusive, sobre os efeitos da pandemia na instrução pública. Como exemplo, novamente, citamos o jornal Correio Paulistano, o mesmo que, conforme já apresentado, foi o que mais mostrou notícias a respeito da instrução pública

¹⁰ Fez isso a partir de uma experiência pessoal, ao se descobrir com câncer: “a doença é uma maldição [...] um tipo de colapso do pensamento – é uma forma de parar de pensar e cristalizar as pessoas em determinadas atitudes” (SONTAG, 2015, p. 65).



durante a “espanhola”. Identificado como um órgão do Partido Republicano Paulista (PRP), ele foi chamado diretamente de governista pelo concorrente OESP¹¹. Este impresso trouxe informações sobre o fechamento dos espaços escolares; a transformação do colégio “Des Ouseaux” em hospital provisório para atender as crianças contaminadas pela influenza e a divulgação dos postos médicos escolares para atendimento à população.

Entretanto, além deste impresso de linha editorial mais governista, constatou-se que também foram publicadas notícias sobre a situação escolar de São Paulo e do Rio de Janeiro durante a pandemia de influenza nos jornais de cunho oposicionista, dentre eles, Correio da Manhã e O Combate (SP). Nas páginas destes periódicos, o enfoque foi outro: as notícias sobre o avanço da “espanhola” ganhavam mais destaque a partir da ação direta do povo frente à moléstia que avançava. Encontramos no O Combate (SP) reportagem sobre como os professores atuaram como enfermeiros nos hospitais¹² e, no Correio da Manhã, sobre a não realização dos exames escolares naquele ano¹³.

As diferenciações existentes entre os dois impressos são um exemplo de como o assunto da pandemia de 1918 teve abordagens distintas de acordo com cada linha editorial. De modo específico, os impressos de São Paulo foram os que deram maior destaque e se ocuparam de uma organização gráfica para as informações referentes à instrução pública, principalmente a transformação das escolas em hospitais provisórios. Em suas páginas, a relação desses locais foi organizada em tabelas que facilitavam a circulação dessa comunicação entre os cidadãos.

Por estar apresentando mensagens jornalísticas, que são produtoras de eventos, há de se pensar que as discussões sobre doenças e os cuidados com o corpo para evitá-las surgem neste mesmo compasso. A verdade é que as discussões sobre a higiene urbana e forma preventivas de cuidados com o corpo era tinha uma acentuada circulação popular, antes mesmo da explosão de tal moléstia. Portanto, é importante situar a configuração pedagógica assumida pela instrução pública antes do advento da pandemia de 1918, a fim de se possa ter um panorama a respeito de algum dos conteúdos que eram ensinados em sala de aula e de como eles se relacionavam com a vida cotidiana.

As notícias da imprensa periódica de 1918 mostraram um governo difuso e criticado em razão da demora em tomar medidas e nas ações equivocadas empreendidas. Algo como distante e polido demais em suas posições. No entanto, o governo de 1918 não foi “negacionista”, pois existia um componente ético sobre o que era divulgado como informação. Não se pode dizer

¹¹ O Estado de S.Paulo, 11.12.1918, p. 3.

¹² O Combate (SP), 09.11.1918, p. 1.

¹³ Correio da Manhã, 14.11.1918, p. 5.



que “mentiam”. Faziam política, conservavam sua manutenção: amenizavam, omitiam dados, experiências etc., mas para dizer que negavam verdades e dados, não está correto.

Jornais de São Paulo como OESP e o Correio Paulistano, mais alinhados aos interesses governamentais, não publicaram em suas páginas, ao longo de todo o período de vigência da pandemia, manchetes a respeito do assunto. De maneira indistinta, o periódico O Combate (SP), de cunho anarquista, e o jornal carioca Correio da Manhã, mais popular, foram canais de críticas às ações governamentais e apresentaram notícias que se destinavam mais aos trabalhadores e à população em geral.

A PREOCUPAÇÃO DAS ESCOLAS COM A HIGIENE ANTES MESMO DA PANDEMIA DE 1918

Com o advento da pandemia de 1918, o cenário que se configurou foi o de uma crise de saúde pública e social. Nas cidades, a organização dos espaços urbanos se transformou com o objetivo de evitar que a doença se disseminasse ainda mais. Conforme a doença avançava, as páginas dos impressos traziam quadros intitulados “conselhos ao povo” quais medidas profiláticas deveriam ser adotadas para erradicar a doença. Ou seja, divulgavam-se conteúdos voltados à proteção do corpo com o propósito de ampliar a qualidade de vida.

Entretanto, vemos que esta noção de higiene se estabeleceu muito antes do surgimento da pandemia de influenza. Silva (2002, p. 11) indica um dos princípios básicos para se compreender um elemento importante que guiava a educação no começo do século XX: a existência de uma “pedagogia da saúde” calcada nos princípios da higiene. O Anuário de Ensino de 1918 trouxe as principais características desta pedagogia:

Na instrução e na hygiene, reside a grandeza futura de nossa Patria. Que não ouçamos mais as afirmações de que < o Brasil é um imenso hospital >, ou de que, nelle, < tudo é grande, menos o homem >. O mestre pratica e propaga a hygiene do corpo, da alma e do espirito. Pela gymnastica e pelos jogos – promove a hygiene dos músculos. Ahi o corpo, com os exercícios moderados, se fortalece – com doutas instruções se aperfeiçoa o espirito. É a hygiene do corpo que faz, por effeito reflexo, a hygiene mental. (ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE S.PAULO, 1918, p. 226).

O documento organizado pela Diretoria Geral de Instrução Pública estipulava as diretrizes de uma prática de ensino que unia os cuidados mentais com os corporais. A visão era a de que o professor cuidaria da formação do estudante de forma integral: seja a do seu corpo,



assim como, segundo o texto, a de sua alma e de seu espírito. Na sequência dessas diretrizes, o documento faz uma citação em latim: “Mens sana in corpore sano”, identificando-a como um aforismo dos higienistas. A máxima da “mente sã em corpo são” fundamentava o ensino no momento em que uma pandemia se instaurou e colocou à prova tal concepção.

A instrução e a higiene passaram a andar lado a lado. Como o próprio texto do Anuário nos mostrou, esta concepção passou a ser entendida como aquela que garantiria a “grandeza futura de nossa pátria”. Deste modo, um dos pontos centrais para a compreensão do ensino em 1918 reside no entendimento de que, naquele período, a higiene era entendida como ciência e assim foi apresentada ao corpo docente como fundamento para a prática educativa:

A hygiene, como dizem os mestres, é habitualmente definida – a arte de conservar a saúde - tendo por fim a salvaguarda do individuo contra os perigos da molestia. Mas o fim da hygiene, como nos mostram os sábios do Butantan – não é somente a conservação do sêr, é também o seu aperfeiçoamento. Mas o desenvolvimento do sêr e a sua conservação não podem ficar entregues aos únicos impulsos do insticto: exigem, ao contrario, uma vigilancia e uma disciplina constante, inspiradas por uma sciencia precisa. A hygiene é essa sciencia. (ANNUARIO DO ESTADO DE S.PAULO, 198, p. 227).

Destaca-se no texto do Anuário a menção feita aos “sábios do Butantan”. Aqui a referência vai para os cientistas do Instituto Butantan, cujo papel foi central no momento em que a “gripe espanhola” se proliferou pelo Brasil, também colaborando com um centro de estudos e de pesquisas científicas. Ao citá-lo, o Anuário do Estado de São Paulo fez uma junção entre os conhecimentos da ciência e os da educação, delimitando que a prática da higiene visava à proteção das pessoas contra as moléstias, mas, mais do que isso, tinha por objetivo aperfeiçoá-los na prática educativa e não apenas conservá-los.

Dessa forma, a higiene podia ser entendida como uma ciência que proporcionaria a tão requisitada conservação do corpo, fazendo com que as pessoas pudessem ser vigilantes neste aspecto, e não apenas seguir seus meros instintos quando precisavam cuidar de seu corpo. O Anuário fundamentou que as regras de higiene eram válidas para todos os momentos da vida e sempre visava ao aperfeiçoamento do indivíduo. Sendo assim, elas deveriam fazer parte dos conteúdos a serem ensinados na escola, não apenas como sobrecarga aos programas de ensino, mas como eixo constituidor. A ideia central desta reflexão foi marcada pela seguinte máxima:



“Eis porque, hoje, o professor deve ser um *medico*, assim como o medico tem sido um *professor*”¹⁴.

Os ideais que o Anuário apresentava se fundamentavam no princípio de que a educação e a medicina deveriam andar juntas. Preconizavam a necessidade de o Brasil deixar de ser “um hospital de doentes para se tornar um paiz de gente forte, sadia e bonita”¹⁵. A educação dos cidadãos foi fundamentada por uma proposta que valorizava o cuidado do corpo e os princípios higiênicos como forma de evitar às doenças e as moléstias que sempre visitavam as cidades.

A partir do momento em que tais preceitos foram para dentro de sala de aula e se tornaram conteúdos a serem aprendidos pelos estudantes, constata-se a educação pautada na saúde do corpo como uma realidade que, inclusive, guiou as ações de uma categoria atuante dentro das escolas: os inspetores médicos escolares. Eles seriam os encarregados de aferir e garantir este padrão de cuidado e atenção para com o corpo nos espaços educativos.

A comprovação de que a formação de higiene, saúde e cuidado com a constituição física humana se fizeram presentes nas práticas educativas das escolas, quando do advento da pandemia de 1918, é comprovada ao analisarmos as propostas de organização curricular que foram feitas ao final do Anuário de Ensino daquele ano. Indicam-se alguns exemplos de como esta temática foi apresentada neste documento, de acordo com o tipo de escola e a classe para a qual se destinava.

O anexo do número 1 do Anuário apresentou um programa de ensino das Escolas Rurais no qual havia um tópico específico intitulado “Sciencias Physicas e Naturaes – Hygiene” e, dentre os objetivos requeridos, lia-se o propósito de passar as propriedades dos corpos e as noções de cultura de acordo com a região em que a escola estivesse inserida. Para o 2º ano, as propostas higiênicas contemplavam:

Noções sobre hygiene. O asseio, hygiene da alimentação e da respiração. Insectos transmissores de molestias. Hygiene rural. Efeitos do fumo e do álcool. Vaccinação contra a variola e contra a febre typhoide. Sôro anti-ophidico, anti-diphtherico e anti-tetanico. Molestias contagiosas e infecciosas: impaludismo, ancilostomose, tuberculose, lepra, trachoma, e raiva; meios de evitar e tratar. (ANNUARIO DO ESTADO DE S.PAULO, 198, p. 580).

Os conteúdos que foram propostos em outros modelos de escola podem ser vistos e comparados, como o das Escolas Distritais. Nestas, em uma proposta para o 3º ano, repetiu-se

¹⁴ ANNUARIO DO ESTADO DE S.PAULO, 198, p. 227.

¹⁵ ANNUARIO DO ESTADO DE S.PAULO, 198, p. 234.



o mesmo texto sobre as noções de higiene¹⁶. Já ao verificarmos o programa de ensino dos grupos escolares do Estado de São Paulo, o mesmo componente de “Sciencias Physicas e Naturaes – Hygiene” propunha para o 1º ano:

Regras uteis sobre hygiene da alimentação: boa mastigação; frugalidade e sobriedade; regularidade nas refeições. Conselhos higienicos sobre o asseio individual. Efeitos nocivos do fumo e do álcool. (ANNUARIO DO ESTADO DE S.PAULO, 198, p. 607).

Portanto, a partir do momento em que os cidadãos eram orientados aos cuidados preventivos para com as doenças e os benefícios de se atentarem para a sua própria saúde, todo o entorno em que viviam e estavam inseridos poderia ser afetado pelas noções de higiene aprendidas na escola e reproduzidas em casa. Ao menos era isso que as prescrições entendiam com a ideia de difusão da pedagogia da higiene pelas escolas.

Rocha (2003, p. 25) nos diz que pela “itinerância pelas ruas de São Paulo, esses novos habitantes vão construindo novos cenários”. Nesta configuração, os trabalhadores, sem dinheiro e acesso aos recursos, foram os públicos que se amontoaram nas vilas e nas casas dos bairros centrais da cidade, estabelecendo uma “rígida demarcação” entre o mundo dos “fortunados cafeicultores e empresários”, como a própria autora nos explicou (ROCHA, 2003, p. 27). Para bem acomodar esta nova elite emergente, foram várias as melhorias que fizeram com que São Paulo se modernizasse. Um dos pontos fundamentais a serem aperfeiçoados foi o tratamento sanitário dado à cidade.

Esse processo de higienização das pessoas, como bem ressaltou a autora, não se limitou apenas aos espaços, mas também foi incorporado às suas vidas. Isto posto, para a construção de espaços urbanos que se desejavam limpos e ordenados e que prezassem pela higiene, foi fundamental incorporar estes hábitos na vida dos cidadãos.

Foi necessário estabelecer um comportamento higiênico que ainda aparecia como uma novidade para a maior parte dos cidadãos. O desenvolvimento dessas novas práticas foi uma das preocupações e das propostas que passaram a compor os currículos escolares nos anos 1910.

Objetivo da educação sanitária a aquisição de hábitos, compete ao professor descobrir como despertar o interesse do aluno e torná-lo predisposto aos ensinamentos. Procedimentos como: destinar notas diárias aos hábitos ‘garantidores da saúde’, fazer anotações nos boletins sobre a higiene corporal do aluno e estabelecer competição para

¹⁶ ANNUARIO DO ESTADO DE S.PAULO, 198, p. 590.



identificar o grupo que comete menor número de infrações referentes às orientações recebidas podem motivar a participação, mas não determinarão, obrigatoriamente, a formação de um hábito higiênico. (ROCHA, 2003, p. 27).

Neste excerto, vemos como Rocha (2003) detalhou a motivação e a educação com que os professores ministravam aos estudantes para que eles pudessem compreender e seguir os ensinamentos relacionados aos hábitos de saúde. Dentre as ações, encontrava-se a proposta de fazer anotações em seu boletim de higiene corporal ou, inclusive, estabelecer uma competição entre grupos para verificar quem menos cometia infrações às orientações recebidas.

Por este exemplo, foi possível analisar, com mais detalhes, como existia uma proposta educativa, em 1918, que pautava a educação corporal e a obtenção dos hábitos de higiene. Isso significa que, quando a “gripe espanhola” se proliferava pela cidade, as crianças já possuíam em seu currículo escolar uma formação destinada aos hábitos de higiene e aos cuidados para o próprio corpo. De certa maneira, o fato de escolas terem se tornado hospitais durante o auge do enfrentamento da moléstia coroa a ideia de que professores e médicos estavam irmanados em uma só missão higiênica.

OS ACONTECIMENTOS PANDÊMICOS E A ROTINA ESCOLAR

Foi percebido que, na rotina das cidades, em meio aos acontecimentos da influenza e, até mesmo, a partir do contato com os conhecimentos higiênicos mais divulgados neste período, outras maneiras de organizar a vida surgiram. Pudemos ver essas novas formas de organização social quando verificamos as notícias publicadas pela imprensa a partir do ano de 1919. Ao analisá-las, temos contato com práticas e empreendimentos efetivados em São Paulo e no Rio de Janeiro, frutos e resultados de viver uma pandemia.

A problemática estava no fato de que, mesmo diante de todo conhecimento a respeito dos princípios de higiene, a transmissão de influenza não arrefecia. Ao contrário, a partir de outubro de 1918, alguns jornais e revistas já davam mais espaço, em suas páginas, para o avanço da doença. Ou seja, apesar da noção sobre o cuidado com o corpo e a higiene dos espaços, em 1918, uma pandemia de influenza se estabeleceu. E, aos poucos, as notícias nos mostram a cidade se transformando em um verdadeiro caos: a carestia e a fome surgiram; os cemitérios não davam mais conta de enterrar os mortos, faltavam hospitais.

Frente a este mal conjunto, além das orientações que foram transmitidas, pelos impressos, aos cidadãos, para se protegerem da doença, uma série de intervenções urbanas foi



feitas e, dentre elas, a escola não deixou de ser atingida. Elas tinham por objetivo diminuir a circulação e a concentração de pessoas, pelos espaços públicos, a fim de que a doença não se propagasse mais.

No dia 18 de outubro de 1918¹⁷ o diretor geral da instrução pública paulistana, Dr. Oscar Thompson, entrou em cena solicitando aos diretores¹⁸ e aos professores dos estabelecimentos particulares de ensino atenção para a seguinte determinação:

Medidas da Directoria da Instrucção Publica: O Sr. Diretor geral da Instrucção Publica dirigiu a todos os diretores de estabelecimentos de ensino particular da capital e do interior a seguinte circular: “O governo do Estado está empregando todos os meios possiveis para evitar a propagação da grippe hespanhola na capital e no interior. Entre outras medidas adoptadas para esse fim, mandou fechar todos os estabelecimentos officiaes de ensino e solicitou dos estabelecimentos particulares a adopção de egual providencia. Como, entretanto, alguns estabelecimentos podem não pôr desde logo, em pratica essa medida, será de máxima conveniencia que em taes estabelecimentos sejam prohibidas as visitas aos alunos internos neles matriculados. Peço, pois, que no estabelecimento sob vossa direção seja, de prompto, adoptada essa providencia”. (O ESTADO DE S.PAULO, 20.10.1918, p. 6).

O posicionamento do Diretor de Instrução Pública foi claro para que as unidades escolares de São Paulo fechassem as portas. Como justificativa para essa atitude, Dr. Oscar Thompson citou que o governo tomava as medidas necessárias para a contenção da moléstia e uma das mais importantes foi proibir a aglomeração de pessoas em espaços públicos, determinando serem evitados os locais que permitiam concentração popular.

A sequência da notícia também informou que, em caso de descumprimento das medidas solicitadas, após o prazo estipulado de 24 horas para fechamento das unidades de ensino particulares, seriam aplicadas multas nos valores de 100\$000 a 600\$000¹⁹, a serem pagas para o tesouro do Estado, em até oito dias. O governo deu um prazo para que todas as escolas pudessem se organizar²⁰ e, caso não conseguissem, a recomendação dada foi a que não mais recebessem a visita de alunos em seus espaços.

Além das escolas particulares, a diretoria geral de instrução pública paulistana determinou o fechamento de todos os grupos e escolas da capital e do interior, além das escolas

¹⁷ Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SP) – 1890 a 1930, 14.07.1919, p. 10.

¹⁸ A documentação nos mostrou que, antes mesmo da manifestação oficial do governo, algumas instituições de ensino já resolveram fechar suas unidades. Uma delas foi a Escola Santo Alberto (Correio Paulistano, 17.10.1918, p. 3.).

¹⁹ As nomenclaturas do dinheiro vigente no Brasil em 1918: 100\$00: 100 mil réis. 600\$00: 600 mil réis.

²⁰ O Estado de S. Paulo, 23.10.1918, p. 4.



superiores do Estado, das Escolas Normais e a Faculdade de Direito.²¹ O encerramento e a paralização das atividades escolares foi uma medida que se espalhou das capitais para todas as cidades do interior de São Paulo e todas as notícias informavam que a suspensão dessa medida só ocorreria quando as condições sanitárias estivessem propícias²².

Ao longo de todo o resto do ano de 1918, as escolas não reabriram mais. Os jornais e as revistas silenciaram sobre o retorno das aulas. As notícias comunicavam que o ano letivo havia sido encerrado e, diante deste cenário, as provas finais dos cursos foram suspensas e precisaram ser reorganizadas. A última notícia a respeito dos fechamentos dos espaços escolares data de 26.10.1918, publicada em OESP. Depois dela, não se constatou notícias a respeito da reabertura das escolas, apenas a respeito da regularização das provas finais que haviam sido suspensas com o advento da gripe.

Assim, no dia 20 de novembro de 1918, foi enviado à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei elaborado pelo Senado pedindo a promoção dos alunos das faculdades e dos ginásios do governo, independentemente da realização de exames finais. O documento justificava a medida em virtude da epidemia de gripe que assolava a capital federal à época, e outras regiões do país. O Projeto foi levado à comissão de instrução pública e teve seu parecer favorável, sendo divulgado no dia seguinte²³. Dessa forma, a legislação pretendeu alcançar não apenas os estudantes da educação primária, mas aqueles cursando todos os níveis de ensino, inclusive superior.

Esse projeto surgiu para contemplar uma petição feita pelos estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pois, como eles haviam sido convocados para trabalhar durante a crise sanitária, a alegação apresentada foi a de que não tiveram tempo hábil para se preparem para as provas finais e, assim, não consideravam justa sua aplicação²⁴. A partir da garantia dada, outros estudantes, inclusive que não eram da educação primária e secundária, manifestaram-se e foram contemplados pela medida. Esta foi uma medida polêmica, visto que não deixou de suscitar críticas sobre a aprovação automática.

Todavia a história do comportamento da instrução pública durante a “gripe espanhola” não se limitou a esses acontecimentos. As notícias também apresentaram outro cenário: como se verá, as escolas continuaram a guardar alunos e a cuidá-los, mas não da forma recorrente.

²¹ Correio da Manhã, 20.10.1918, p. 3.

²² O Estado de S. Paulo, 17.10.1918, p.

²³ A Noite, 20.10.1918, p. 2.

²⁴ O Imparcial, 09.11.1918, p. 2.



QUANDO AS ESCOLAS PASSARAM A SALVAR VIDAS

No lugar das carteiras, macas. Em vez de professores, enfermeiros. Este passou a ser o novo cenário das escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Diariamente, as páginas dos jornais dessas cidades passaram a trazer as informações sobre hospitais provisórios abertos e sobre sua lotação. Uma grande parte deles referia-se a prédios escolares que estavam fechados em virtude do encerramento do ano letivo.

Jornais, como OESP, organizaram quadros informativos que foram publicados neste formato para facilitar a organização das informações e, o mais importante, as indicações sobre a localização de cada uma destas escolas. Tais quadros traziam o nome do colégio ou grupo escolar, sua localização e o contato telefônico²⁵.

QUADRO 1 – Instituições de ensino paulistanas transformadas em hospitais provisórios²⁶

Nome do Hospital Provisório	Endereço
Grupo Escolar Sant'Anna	Rua Voluntários da Pátria
Hospital Collegios Missionarios	Rua Consolação, 35
Hospital do Collegio "Santa Ignez"	Rua Tres Rios, 82
Hospital do Collegio Sion	Av. Hygienópolis, 49
Hospital do Collegio Diocesano	Largo do Jardim, 6
Hospital do Grupo Escolar da Barra Funda	Rua Albuquerque Lins, 1
Hospital do Gymnasio do Carmo	Rua do Carmo
Hospital do Mackenzie College	Rua Piauhy, 4
Hospital do Collegio de São Luiz	Avenida Paulista, 17
Hospital do Grupo Escolar da Lapa	N. Sra. da Lapa [...]
Hospital do Collegio Des Oiseaux	Rua Caio Prado
Hospital do Grupo Escolar Pudente de Moraes	Avenida Tiradentes, 3
Hospital do Grupo Escolar Regente Feijó	Avenida Tiradentes, 90

²⁵ Mesmo diante da existência do telefone de cada uma das instituições de ensino, não apresentamos tais informações por elas não terem, atualmente, relevância.

²⁶ Informamos que o quadro foi organizado a partir das informações publicadas na edição 14.568 do jornal *O Estado de S. Paulo*, p. 4. Contudo, o nome do Colégio Nossa Senhora do Carmo não consta desta relação, uma vez que estava localizado na cidade de Santos. O quadro compreende apenas as informações relativas às unidades escolares da capital.



Hospital Salesiano (Lyceu de Artes e Offícios)	Campos Elyseos
Hospital do Grupo Escolar do Ipiranga	Avenida Nazaré, [...]

Fonte: O Estado de S.Paulo, 17.11.1918, p. 4. Organização dos dados de autoria própria. Os endereços dos grupos escolares da Lapa e Ipiranga são remanescentes de sua fundação, sem registro nos jornais.

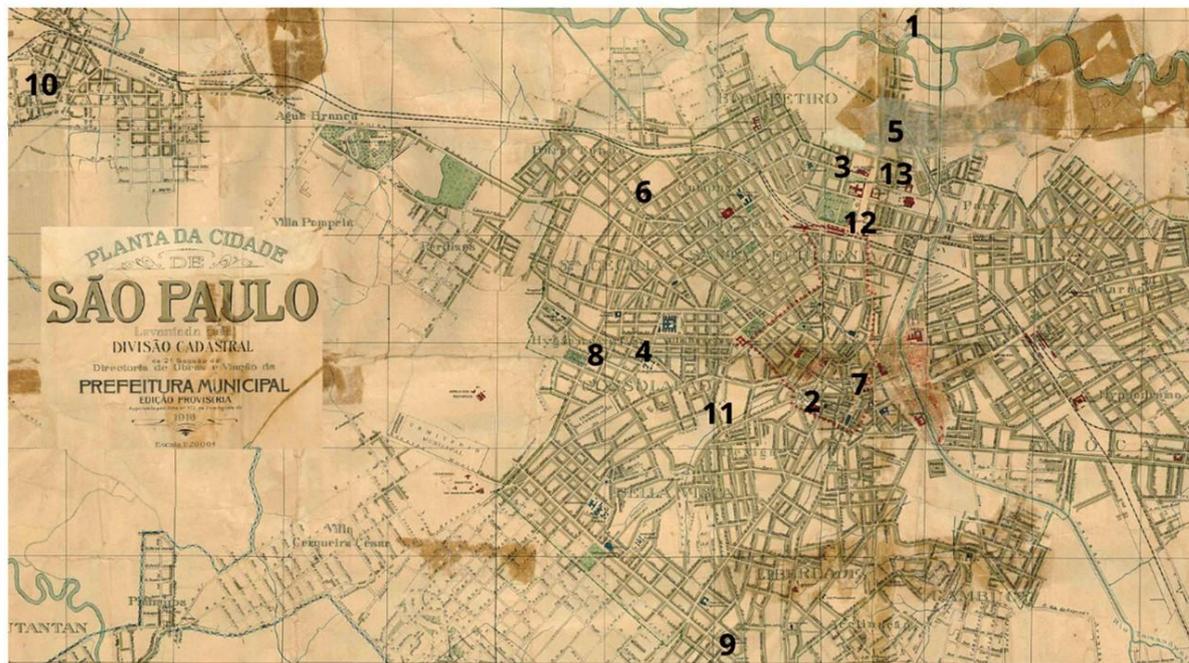
A relação acima, sistematizando o nome das escolas e os endereços daquelas transformadas em hospitais, foi elaborada a partir do conteúdo publicado pelas notícias dos jornais. De modo específico, no Quadro 1, os dados apresentados são do jornal OESP. Sua organização sob este formato teve como objetivo quantificar o volume de escolas transformadas em centros de atendimentos e sua localização na cidade de São Paulo. Santos (2021), em sua pesquisa, também apresentou um detalhamento de escolas cariocas que se modificaram para atender à população da cidade do Rio de Janeiro naquele momento de crise social e sanitária.

A Figura 1 traz o mapa de São Paulo daquele período com a localização dos colégios e das escolas que se transformaram em hospitais, tornando a visualização espacial das áreas que receberam assistência hospitalar na cidade mais clara. Pela visualização do mapa, percebemos concentração maior de unidades hospitalares provisórias nos números 8, 4, 11, 2 e 7, respectivamente: Mackenzie College, Collegio Sion, Collegio Des Oiseaux, Collegios Missionarios e Gymnasio do Carmo. Identificamos outras unidades educativas nas regiões norte e leste da cidade, especificamente sinalizadas com os números 5, 3, 13, 12 e 1. Um pouco mais afastados, mas no entorno da região central, estavam os Colégio São Luiz (região da Avenida Paulista) e o Grupo Escolar da Barra Funda; mais distante ainda, o Grupo Escolar da Lapa.



FIGURA 1 – Localização das escolas-hospitais – Cidade de São Paulo (1916)

Levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Diretoria de Obras e Viação - Edição Provisória Ato 972/1916



Legenda

- | | |
|--|--|
| 1 - Grupo Escolar Sant' Anna | 8 - Hospital do Mackenzie College |
| 2 - Hospital Collegios Missionarios | 9 - Hospital do Collegio de São Luiz |
| 3 - Hospital do Collegio "Santa Ignez" | 10 - Hospital do Grupo Escolar da Lapa |
| 4 - Hospital do Collegio Sion | 11 - Hospital do Collegio Des Oiseaux |
| 5 - Hospital do Collegio Diocesano | 12 - Hospital do Grupo Escolar Pudente de Moraes |
| 6 - Hospital do Grupo Escolar da Barra Funda | 13 - Hospital do Grupo Escolar Regente Feijó |
| 7 - Hospital do Gymnasio do Carmo | |



Escala 1:20.000
Elaborado por André
Condes Ferreira

Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP. Arte criada pelo autor. ²⁷

Cabe aqui observarmos tais pontos para compreender sobre onde estavam, na cidade antes do cenário pandêmico, os espaços de educação e que, emergencialmente, tornaram-se locais reorganizados para o tratamento da população, segundo os destaques dados pelos impressos paulistanos; tais espaços, portanto, escolhidos para funcionarem provisoriamente como hospitais. A concentração das escolas nas regiões indicadas nos mostra zonas específicas dedicadas ao oferecimento da instrução pública e, espalhadas pela cidade, facilitaram o deslocamento em busca de atendimento hospitalar ao passarem a atender àqueles acometidos pela moléstia.

Nos impressos paulistanos, as informações sobre as escolas cujos espaços foram adaptados para atuarem como hospitais provisórios receberam maior destaque. Os dados sobre

²⁷ Planta da cidade de São Paulo levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Diretoria de obras e Viação da Prefeitura Municipal. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta_da_Cidade_de_S%C3%A3o_Paulo_Levantada_pela_Divis%C3%A3o_Cadastral_da_2%C2%AA_Sec%C3%A7%C3%A3o_da_Diretoria_de_Obras_e_Via%C3%A7%C3%A3o_da_Prefeitura_Municipal_-_1._Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg.



estes locais foram muito propagados pelos periódicos, ao longo dos dias da semana, inclusive mostrando a quantidade de pessoas atendidas e o espaço de lotação das escolas para receber – ou não – mais cidadãos infectados²⁸. A mesma dinâmica de divulgação não foi identificada nos impressos fluminenses: as notícias sobre a transformação das escolas em hospitais não ganharam tanta organização e destaque em sua veiculação.

Dentre os jornais, o *Correio da Manhã* foi o único que continha as informações mais claras sobre o fechamento das escolas e a transformação de alguma delas em hospitais no Rio de Janeiro, como apontado por Santos (2021). Além dele, os demais impressos da capital do país não apresentaram mais informações a respeito de como os espaços educativos das escolas se transformaram em hospitais.

Somado às informações de localização das escolas que se transformaram em hospitais, foi identificado registro fotográfico de apenas uma escola-hospital dentre todos os periódicos que mostravam o funcionamento das escolas transformadas em prontos-socorros provisórios. Entre todas as publicações dos jornais e das revistas selecionados, encontramos a imagem do funcionamento como hospital provisório em uma unidade educativa apenas no Colégio Sion, em São Paulo (Figuras 2 e 3), publicadas pela revista de variedade *A Vida Moderna*.

FIGURA 2 – Fotografia de uma escola-hospital – Colégio Sion



Fonte: *A Vida Moderna*, 26.11.1918, p. 12.

²⁸ Vale destacar que, diante desta organização dos impressos paulistanos, foi possível estruturar as informações sobre as escolas que viraram hospitais e seus endereços em uma tabela, conforme os registros contidos neste trabalho.



A legenda da fotografia apresentada pela Figura 2 traduziu a cena registrada. Mostra-se um aspecto do hospital instalado no Colégio Sion e revelou que o Sr. Dr. Carlos Botelho o conduz como diretor. Na imagem, vemos cinco camas dispostas lado a lado e, em uma delas, aparenta-se ter um corpo deitado. Nas outras macas, identificamos a presença de duas crianças sentadas e uma delas, inclusive, aparenta ter pouca idade e uma feição de abatimento.

Vemos o hospital branco, limpo, arejado, com enfermeiras cobertas de branco. Tais características constituíram a legenda da foto, definindo aquele espaço como um: “edifício esse que é um dos maiores e mais modernos de São Paulo”. Nesta cena, o médico está centralizado e sabemos que as crianças não são alunos do colégio, pois este era internato dedicado apenas para moças.

FIGURA 3 – Fotografia de uma escola-hospital – Colégio Sion



Fonte: A Vida Moderna, 23.11.1918, p. 31.

Na Figura 3, observa-se a cena do mesmo hospital provisório montado nas instalações do Colégio Sion. Nela, há a figura de uma mulher com trajes de enfermeira. Ao redor, vê-se duas pessoas deitadas e cobertas. Ao seu lado, um paciente está sentado e aparenta tomar uma medicação. Havia escolas-hospitais que só atendiam crianças. Era o caso do hospital do “Collegio ‘Des Oiseaux’” Em 17 de novembro de 1918, a notícia catalogava que sete novos pacientes no ‘Des Oiseaux’ haviam dado entrada nesta instituição que já abrigava 38 crianças e, no dia citado, uma delas havia falecido²⁹.

²⁹ O Estado de S.Paulo, 18.11.1918, p. 4.



São de admirar o zelo, o carinho e o cuidado das dedicadas irmãs desse collegio no tratamento dispensado, sem cessar, dia e noite, a essas criancinhas. Nada ali falta, lançando-se mão até do recurso de procurar amas para darem leite aos recém-nascidos. Há dois médicos assistentes: os drs. Chiaffarelli e Mario M. Silva. (CORREIO PAULISTANO, 20.11.1918, p. 3).

As irmãs a que o texto faz referência são da congregação da Ordem dos Regrantes de Santo Agostinho, mantenedoras do colégio. A matéria mostrava como foi a rotina deste hospital exclusivo para o atendimento de crianças com até oito anos de idade e com horário de funcionamento das seis às 20 horas³⁰. Destaca-se que dois professores que nele atuavam, foram mordomos do hospital: o “Professor Raphael Cavalheiro” e seu auxiliar, o “Professor Antonio Rodrigues”³¹.

Mas não apenas no hospital do “Des Oiseaux” houve professores trabalhando como mordomos. No pronto-atendimento montado no “Gymnasio do Carmo”, por designação de Oscar Thompson, os professores “Carlos Braga” e “Miguel Paulo Capalbo” foram convocados para esta função no referido hospital provisório³².

Dessa forma, é digno de nota que, muito mais do que apenas as instituições escolares cedendo seus espaços para a instalação de hospitais provisórios, vemos o desempenho dos professores em colaboração direta para auxiliar na condução da crise de saúde pública que se estabeleceu com a pandemia, seja atuando diretamente na rotina dos hospitais-escolas, seja promovendo outros tipos de inserções, como organizador da rotina de tais estabelecimentos provisórios, entre outras iniciativas.

No Rio de Janeiro, constatamos professores com a mesma postura. No caso, a notícia veiculada diz respeito aos professores municipais. Em uma edição da Gazeta de Notícias, o destaque que fazemos foi para a notícia de que os professores públicos municipais resolveram, por conta própria, abrir novos postos de socorros³³.

Como mais um exemplo do protagonismo assumido pela classe docente, os professores, segundo o jornal, tomaram a iniciativa de instalar 23 novos postos, cada um em um distrito, cujos suprimentos necessários seriam discutidos posteriormente com o prefeito.

³⁰ Correio Paulistano, 23.11.1918, p. 3.

³¹ Correio Paulistano, 20.11.1918, p. 3.

³² O Estado de S.Paulo, 18.11.1918, p. 4.

³³ Gazeta de Notícias, 28.10.1918, p. 3.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa periódica que circulou nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1918, durante a chamada “gripe espanhola” retratou como os espaços urbanos tiveram sua organização e sua rotina alteradas em detrimento de uma pandemia.

De acordo com as linhas editoriais de cada jornal ou revista daquela época, foi possível constatar reportagens que mostraram o surgimento de uma nova rotina marcada pela morte e pela contaminação das pessoas, tornando possível observar por meio das marcas de edição a que público eram destinados os respectivos periódicos estudados e qual seria a história da pandemia contada por eles. Neste sentido de fazer uma análise sobre a posição dos periódicos frente à pandemia, compreendeu-se uma construção feita sob múltiplas facetas e que uma doença não é algo simplesmente dado por uma existência biológica catalogada, mas existe por uma condição social que a torna tangível, pela presença do medo e, também, pelas histórias que se contam dela.

Para expressar a situação de calamidade pública e as consequências que a nova doença acarretou, constatamos a linguagem metafórica que foi empregada pela imprensa periódica. A partir do uso de verbos que remetiam às ações de guerra, Sontag (1977) colaborou no entendimento de que a própria doença poderia ser entendida como uma grande metáfora: recurso linguístico necessário e utilizado para relatar ao povo uma crise de saúde pública e social.

Diante de um cenário adverso, várias foram as medidas tomadas para conter a influenza. Muitas delas atingiram a organização da instrução pública paulistana e carioca: as escolas fecharam suas unidades educativas; anteciparam o final do ano letivo; adiaram a realização de exames finais e se transformaram em hospitais provisórios para atender as crianças contaminadas, locais que contaram com o trabalho voluntário de professores como enfermeiros e mordomos. Tornar escolas, principalmente internatos, hospitais, conjuntamente à operação entre pessoas e diferentes profissionais, aconteceu pela necessidade imediata e, até onde se sabe pelas reportagens, salvou vidas. Este ponto nos faz lembrar que o professorado, como corpo profissional e oficial do estado, não é de hoje, assume funções para além do que deveria. Contudo, a partir deste tipo de ação docente, observamos a constituição de organizações pessoais que, utilizando-se das tecnologias disponíveis naquele momento histórico, trabalharam para reverter um quadro de desorganização social.

Logo, as escolas, para além de funcionarem como hospitais provisórios, fizeram-se verdadeiras comunidades que, por suas prerrogativas higiênicas, transformaram-se em



organizações sociais para o bem comum. Evidente que foram, em primeiro lugar, ações motivadas por uma situação de sobrevivência em meio a uma tragédia, mas também podemos entendê-las como resultado do que as catástrofes produzem, no seio do tecido social, quando se manifestam.

As escolas que protagonizaram notícias nas páginas dos jornais e das revistas daquela época eram as mesmas que, antes de a “espanhola” surgir, foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma educação voltada para noções de higiene e de saúde pessoal que colaboraram para a construção de um espaço urbano mais organizado. Contudo, mesmo assim, o que se viu e se noticiou na imprensa periódica, foi um cenário no qual os conhecimentos higiênicos de nada adiantaram frente ao avanço de uma doença veloz e extremamente mortífera.

Por suas páginas, concluímos que os impressos cumpriram um papel orientador na divulgação das medidas profiláticas anunciadas pelo Serviço Sanitário do governo federal e outros grupos, principalmente instituições científicas e médicos, imediatamente identificados com a ciência, o conhecimento mais preciso, a higiene. Ao mesmo tempo em que publicavam orientações ao povo, por meio de colunas que se tornaram fixas em suas edições diárias, indicavam procedimento de conduta: a evitar os lugares com muitas pessoas, além de reforçar medidas de higiene pessoais etc. Registramos o fato de que nem todos os cidadãos de São Paulo e do Rio de Janeiro recebiam as orientações da mesma maneira, levando-se em consideração as diferenças sociais que marcavam a sociedade urbana e as variações de conhecimento sobre a própria doença.

A difusão dos conhecimentos científicos permaneceu no ano seguinte à pandemia. As notícias revelaram que os jornais e as revistas continuaram a publicar matérias com conteúdos ligados à ciência e à medicina. Desta forma, podemos concluir que uma emergência sanitária como a causada no período da “espanhola” foi um acontecimento que marcou uma tendência nos jornais e nas revistas nacionais de noticiar, ainda mais, as informações pertinentes sobre as questões relacionadas à higiene, à saúde e ao combate de doenças pela população.

Em março de 1919, a notícia que circulou dizia respeito à abertura do hospital de Manguinhos, no Rio de Janeiro. O título da matéria já era expressivo: “Pelos melhoramentos da capital”³⁴. Ao informar sobre a visita do senhor prefeito da cidade, Dr. Paulo de Frontin, ao subúrbio, o jornal mostrava como a ideia da melhoria dos espaços públicos era presente e uma necessidade para o controle das doenças e da manutenção da higiene no espaço urbano, valores

³⁴ Correio da Manhã, 28.03.1919, p. 3.



que foram reforçados após a manifestação da “espanhola” e que se perpetuaram como tendência de comportamento para o qual as pessoas já haviam sido orientadas.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. São Paulo: Editora Vozes, 2023.

BERTOLLI Filho, Claudio. Estratégias jornalísticas no noticiamento de uma epidemia: a gripe espanhola em São Paulo. *In*: MONTEIRO, Y. N. (org). **História da Saúde: Olhares e Veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2009.

BRUM, Cristiano Enrique de. A pandemia como inimiga: a Grande Guerra e a gripe espanhola na imprensa ilustrada brasileira. *In*: KORNDORFER, A. P.; ROSSI, D.; BRUM, C. E. de; FLECK, E. C. D. (orgs). **Em tempos de pandemia: reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S.Paulo” – 1902-1907**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

COTT, Jonathan. **Susan Sontag: entrevista completa para a revista Rolling Stone**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FARIAS, Eduardo Alexandre de. **Jornalismo à Espanhola: um olhar sobre o noticiário recifense da epidemia de gripe de 1918**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PORTO, Cesar Henrique de Queiroz. Gripe Espanhola e a imprensa escrita de Montes Claros em 1918. *In*: RODRIGUES, R. M. A. (org). **A História na Imprensa. A Imprensa na História**. Jundiá: Paco, 2016.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta Rocha. **Educação Escola e Saúde no Projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

SANTOS, Ademir Valdir. Escolas como postos de socorros: instituições escolares na epidemia de gripe espanhola no Rio de Janeiro (1918). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, maio/ago. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, Anete Charnet Gonçalves da. **A Inspeção Médica Escolar em São Paulo (1911-1930): a Escola como Lugar de Higiene e Saúde**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

Recebido: 16 de agosto de 2023
Aceito em: 29 de dezembro de 2023